

**(IN) APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NO CRIME DE
DESCAMINHO QUANDO HOVER REITERAÇÃO DELITIVA**

Stocco, Juliana Massinhani Simon
Castro, Matheus Felipe de

Resumo

O presente estudo objetiva abordar o problema relativo aos critérios exigidos pelo Supremo Tribunal Federal para aplicação do Princípio da Insignificância. Tendo como foco principal analisar o posicionamento da doutrina e da jurisprudência, principalmente no tocante a (in) aplicação deste princípio em razão de elementos subjetivos, como a reincidência. Para isso, buscam-se estudar, primeiramente, os conceitos fundamentais sobre o tema, desde a tipicidade, as lesões aos bens jurídicos, os delitos bagatelares e os princípios que envolvem, até a incidência do Princípio da Insignificância. Em seguida, examina as jurisprudências e a doutrina sobre o assunto, buscando compreender a origem e os fundamentos dos critérios que determinam a aplicação ou não do Princípio da Insignificância quando da reiteração delitiva. A principal particularidade do tema é a exigência de que para haver a tipicidade da conduta, o valor dos tributos elididos deve ser superior ao valor mínimo necessário para o ajuizamento de execuções fiscais da União, tal exigência é absolutamente seguida pelos Tribunais brasileiros. Assim, diante do aparente desvirtuamento do princípio da insignificância, cujo objetivo é excluir da pesada sanção penal a ofensa de bagatelas, este trabalho visa esmiuçar os argumentos das decisões judiciais.

Palavras-chave: Princípio da Insignificância; Descaminho; Reiteração Delitiva.

E-mails - matheusfelipedecastro@gmail.com; juliana_simon@yahoo.com.br